

4ª EDIÇÃO - ENAM 2025.2 (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo. **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões. Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2510096130M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Exame Nacional da Magistratura
ENAM

CARGO:

4ª Edição - ENAM 2025.2

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

ENAM – 3º Simulado – Exame Nacional da Magistratura – 4ª Edição (Pós-Edital)**Direito Constitucional****Samuel Marques, Eduardo Sabbag, Danielle Rolim e Renato Borelli****1**

Durante o exame das contas anuais do Governador do Estado de Alagoas, a Assembleia Legislativa constatou que o Tribunal de Contas estadual não havia emitido o parecer prévio previsto no art. 71, I, da Constituição Federal, aplicado por simetria aos Estados.

Diante disso, surgiram dúvidas quanto à possibilidade de o Legislativo proceder ao julgamento sem a manifestação técnica da Corte de Contas. Sustentava-se que a ausência do parecer configuraria vício formal insanável, tornando o julgamento nulo.

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, e a controvérsia girava em torno da autonomia do Poder Legislativo estadual frente à função auxiliar exercida pelo Tribunal de Contas.

Com base na jurisprudência do STF e nas normas constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de parecer prévio do Tribunal de Contas impede o julgamento das contas do governador pela Assembleia Legislativa, sob pena de nulidade absoluta do ato, em respeito ao princípio da simetria com o modelo federal.
- (B) A ausência de parecer prévio do Tribunal de Contas é vício insanável que impede o julgamento das contas do chefe do Executivo, cabendo à Assembleia Legislativa apenas aguardar a manifestação técnica da Corte.
- (C) A Assembleia Legislativa pode julgar as contas do governador mesmo sem parecer prévio do Tribunal de Contas, pois o parecer possui natureza meramente opinativa, e o entendimento contrário violaria a autonomia do Poder Legislativo.
- (D) A Assembleia Legislativa somente poderia deliberar sobre as contas mediante autorização judicial para suprir a ausência do parecer do Tribunal de Contas, sob pena de ofensa à separação dos Poderes.
- (E) A emissão do parecer prévio é requisito essencial e vinculante ao julgamento das contas do governador, sendo nulo qualquer ato legislativo que o dispense, ainda que o TCE permaneça inerte.

2

A Universidade Federal Alfa publicou edital de seleção para ingresso em seus cursos de graduação, reservando, conforme a Lei n. 12.711/2012, parte das vagas a estudantes egressos de escolas públicas. Um grupo de candidatos impetrou mandado de segurança sustentando que os alunos provenientes de colégios militares não poderiam concorrer às vagas reservadas, uma vez que essas instituições cobravam contribuições mensais e, portanto, não se enquadrariam como escolas públicas.

A controvérsia chegou ao Supremo Tribunal Federal, que analisou a constitucionalidade da inclusão dos egressos de colégios militares no sistema de cotas.

Com base na jurisprudência do STF e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A cobrança de contribuições mensais pelos colégios militares descaracteriza sua natureza pública, de modo que os alunos egressos dessas instituições não podem ser incluídos nas vagas reservadas a estudantes de escolas públicas.
- (B) Os colégios militares, ainda que mantidos pelo Exército e submetidos a regime jurídico próprio, não se enquadram como escolas públicas, por não integram o sistema estadual de ensino.
- (C) É constitucional a inclusão dos egressos de colégios militares nas cotas destinadas a estudantes da rede pública, pois tais instituições são públicas e a cobrança de contribuições não afasta a gratuidade essencial do ensino público.
- (D) A excelência do ensino prestado pelos colégios militares justifica sua exclusão do sistema de cotas, sob pena de violação ao princípio da isonomia entre candidatos.
- (E) O regime jurídico especial dos colégios militares impede sua equiparação às escolas públicas para fins de aplicação da Lei n. 12.711/2012, sob pena de violação à legalidade estrita.

3

Durante sessão na Câmara dos Deputados, um parlamentar proferiu declarações ofensivas contra artistas, mencionando a aplicação da Lei Rouanet. Após o discurso, o deputado publicou o mesmo conteúdo em suas redes sociais, reiterando as ofensas.

Diante disso, os ofendidos ajuizaram queixa-crime por crimes contra a honra. A defesa alegou que as declarações estavam integralmente protegidas pela imunidade material prevista no art. 53 da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o caso, delimitou o alcance da inviolabilidade parlamentar e analisou os efeitos da posterior divulgação das falas na internet.

Com base na jurisprudência do STF e nas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade parlamentar material é absoluta e protege o parlamentar em qualquer manifestação, ainda que extrapole o exercício de suas funções, desde que proferida no recinto da Casa Legislativa.
- (B) A divulgação de declarações ofensivas na internet, ainda que originadas em discurso parlamentar, afasta a proteção da imunidade material, pois o ato de republicar as falas configura nova conduta não abrangida pela função legislativa.
- (C) As manifestações proferidas na tribuna parlamentar, por si sós, estão integralmente protegidas pela imunidade material, sendo irrelevante eventual divulgação posterior fora do Parlamento.
- (D) A imunidade material protege também as manifestações de cunho pessoal, desde que relacionadas a tema de interesse público, ainda que sem nexos diretos com a atividade legislativa.
- (E) O parlamentar somente pode ser responsabilizado civilmente, mas não penalmente, pelas declarações feitas na tribuna, mesmo que ofensivas, sob pena de violação à separação de Poderes.

4

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Cultural ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, alegando que determinada lei federal violava o princípio da isonomia ao restringir o acesso de artistas autônomos a incentivos fiscais culturais.

O Advogado-Geral da União suscitou preliminar de ilegitimidade ativa, argumentando que a entidade não possuía caráter nacional, pois reunia associados apenas em cinco unidades da Federação, embora seu estatuto afirmasse ter abrangência nacional.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a questão, reafirmou o critério objetivo para aferição do caráter nacional de entidades de classe.

Com base na jurisprudência do STF e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O caráter nacional é presumido quando o estatuto da entidade expressamente prevê atuação em todo o território nacional, sendo desnecessário demonstrar a presença em número mínimo de Estados.
- (B) A entidade de classe que congrega membros em pelo menos cinco Estados da Federação possui caráter nacional e, portanto, legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) O STF reconhece o caráter nacional às entidades que possuam filiados em, no mínimo, nove Estados da Federação, equivalentes a um terço das unidades federadas, aplicando analogicamente a Lei dos Partidos Políticos.
- (D) A comprovação do caráter nacional depende exclusivamente da análise do estatuto da entidade e da sua atuação política, não havendo número mínimo fixado de Estados.
- (E) O caráter nacional é irrelevante para a legitimação das entidades de classe, bastando que representem categoria profissional ou econômica de âmbito relevante.

5

Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I – Segundo o STF, a edição de medida provisória que majore tributo deve observar a anterioridade anual e a nonagesimal, salvo hipóteses constitucionais de exceção.
- II – Segundo o STF, o DIFAL/ICMS após a Lei n. 190/2022 deve respeitar tanto a anterioridade anual quanto a anterioridade nonagesimal.
- III – Segundo o STF, o IOF pode ser majorado imediatamente, sem respeito à anterioridade, por sua natureza extrafiscal.
- IV – Segundo o STJ, a retroatividade benigna em matéria de multa aplica-se apenas aos casos não definitivamente julgados.
- V – Segundo o STF, a progressividade do IPTU é admitida tanto pelo critério fiscal (valor venal) quanto pelo extrafiscal (função social).

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Apenas uma assertiva está errada.
- (C) Duas assertivas estão erradas.
- (D) Três assertivas estão erradas.
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

6

Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I – A imunidade recíproca (art. 150, VI, “a”) alcança apenas impostos. Não alcança taxas nem contribuições.
- II – Segundo o STF, a imunidade cultural se aplica a livros eletrônicos e “e-readers”, mas não a “tablets” ou “smartphones” multifuncionais.
- III – A imunidade religiosa abrange imóveis alugados, desde que a renda seja revertida às finalidades essenciais.
- IV – O STF, no Tema 1.083, decidiu que a imunidade cultural de fonogramas se aplica apenas a suportes físicos produzidos no Brasil, não a importados.
- V – A imunidade recíproca se estende automaticamente a empresas estatais que exploram atividade econômica em regime concorrencial.

- (A) Todas assertivas estão corretas.
- (B) Apenas uma assertiva está errada.
- (C) Duas assertivas estão erradas.
- (D) Três assertivas estão erradas.
- (E) Todas assertivas estão erradas.

7

Analise os seguintes itens e assinale a alternativa correta.

- I – A CF assegura 25% da arrecadação do ICMS aos Municípios, com parte distribuída conforme critérios de lei estadual.
- II – O STF declarou constitucional a repartição do ICMS com base em critérios socioambientais.
- III – Os municípios recebem 50% da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seus territórios.
- IV – O STF reconheceu que multas da Receita Federal devem ser partilhadas com Estados e municípios.
- V – O FPM é composto por recursos do IR e do IPI, repassados automaticamente pela União.

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Apenas uma assertiva está errada.
- (C) Duas assertivas estão erradas.
- (D) Três assertivas estão erradas.
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

8

Analise os seguintes itens e assinale a opção correta.

- I – O STF entende que contribuições de melhoria devem guardar relação de proporcionalidade entre custo da obra e benefício ao contribuinte.
- II – O STJ reconhece que a ausência de lei específica inviabiliza cobrança de contribuição de melhoria.
- III – O STF assentou que a cobrança não depende de valorização individualizada do imóvel.
- IV – O STJ admite cobrança sem prévia publicação de orçamento da obra.
- V – O STF afirma que contribuição de melhoria tem natureza de tributo vinculado.

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Apenas uma assertiva está errada.
- (C) Duas assertivas estão erradas.
- (D) Três assertivas estão erradas.
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

9

A respeito da inadmissibilidade das provas ilícitas, é correto dizer que:

- (A) são inadmissíveis, podendo ser mantidas no processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- (B) são também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras ou decorrerem de boa-fé.
- (C) preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, vedado às partes acompanhar o incidente.
- (D) preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, sendo obrigatório que as partes acompanhem o incidente.
- (E) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

10

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da prisão temporária, é correto dizer:

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz, durante a investigação de qualquer infração penal, desde que demonstrada a imprescindibilidade da medida, em decisão concretamente fundamentada.
- (B) Caberá a prisão temporária quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, quando demonstrado ser tal prisão imprescindível para as investigações em inquérito policial que apure crime de homicídio culposo.
- (C) Admite-se que a prisão temporária seja utilizada como prisão para averiguações, pois se cuida de medida imprescindível para a efetividade da investigação, a ser utilizada quando ainda não estiverem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva.
- (D) A decretação da prisão temporária deverá ser justificada em fatos novos ou contemporâneos, bem como deverá ser demonstrado que a medida é adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado e que não se mostram suficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
- (E) Por se cuidar de prisão prevista em legislação especial, não há necessidade, para a decretação da prisão temporária, de fundamentar a medida com base em fatos novos ou contemporâneos, pois tal requisito é previsto no art. 312, § 2º, do CPP, apenas aplicável à prisão preventiva.

11

A respeito da prisão em flagrante, é correto dizer:

- (A) Mévio, logo após ter praticado um crime de roubo, foi perseguido ininterruptamente pela polícia, tendo sido capturado e preso somente dois dias depois da prática do delito. Desse modo, tendo a prisão dele ocorrido depois de decorridas mais de 24 horas do crime, a prisão em flagrante é ilegal.
- (B) Mévio, logo após ter praticado um crime de roubo, foi perseguido pela polícia, em situação que faça presumir ser ele autor da infração. Caso a perseguição resulte na prisão de Mévio, estaremos diante do chamado flagrante presumido.
- (C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- (D) Qualquer do povo poderá e os funcionários públicos deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (E) O denominado flagrante esperado é considerado ilegal pela jurisprudência pacífica dos tribunais superiores.

12

Julgue as alternativas a seguir e assinale a correta.

- (A) Em razão do princípio da presunção de não culpabilidade, doutrina e jurisprudência não admitem a imposição de medidas cautelares pessoais antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (B) A defesa tem o direito de acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (C) Em razão do princípio da presunção de não culpabilidade, não se admite a execução provisória da pena decorrente de condenação do réu em julgamento que siga o procedimento especial do Tribunal do Júri.
- (D) Em decorrência do princípio do contraditório, que tem aplicação exclusiva para a defesa, garante-se à defesa o direito de se manifestar após a acusação.
- (E) De acordo com o princípio da presunção de não culpabilidade, ninguém será considerado culpado até a confirmação da sentença penal condenatória, em segundo grau de jurisdição.

13

Na redação vigente do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, marque a alternativa correta que aponta os direitos assegurados aos trabalhadores domésticos.

- (A) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; e proteção em face da automação, na forma da lei.
- (B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; e irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (C) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; e proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- (D) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; e participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração.
- (E) Duração do trabalho normal não superior a dez horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários; e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

14

Imagine que o Congresso Nacional tenha elaborado Lei Complementar autorizando os Estados-Membros a legislar sobre adicional de insalubridade. Logo após, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa elaborou lei específica, regulamentando o pagamento do adicional de insalubridade, passando as suas alíquotas para 20%, 40% e 60%, incidentes sobre uma base de cálculo de dois salários mínimos. Diante desta situação, a lei do Estado Alfa é formalmente:

- (A) inconstitucional, pois apenas a União detém competência privativa para legislar sobre direito do trabalho, mas materialmente constitucional em todo seu conteúdo, uma vez que é mais benéfico do que o da norma prevista no art. 192 da CLT e está de acordo com o art. 7º, IV, e XXIII da CF/1988.
- (B) constitucional, pois fruto de autorização expressa de Lei Complementar para tratar de questão específica de direito do trabalho, mas materialmente inconstitucional na parte em que altera as alíquotas de incidência, haja vista o disposto no art. 7º, XXIII, da CF/1988.
- (C) constitucional, pois fruto de autorização expressa de Lei Complementar para tratar de questão específica de direito do trabalho, mas materialmente inconstitucional na parte em que vincula a base de cálculo ao salário mínimo, haja vista o disposto no art. 7º, IV, da CF/1988.
- (D) inconstitucional, pois apenas a União detém competência privativa para legislar sobre direito do trabalho, mas materialmente inconstitucional na parte em que vincula a base de cálculo ao salário mínimo, haja vista o disposto no art. 7º, IV, da CF/1988.
- (E) constitucional, pois fruto de autorização expressa de Lei Complementar para tratar de questão específica de direito do trabalho e materialmente constitucional em todo seu conteúdo, uma vez que é mais benéfico do que o da norma prevista no art. 192 da CLT e está de acordo com o art. 7º, IV e XXIII, da CF/1988.

15

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos de forma expressa na Constituição Federal, exceto:

- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (B) fundo de garantia do tempo de serviço.
- (C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (D) auxílio-doença.
- (E) aposentadoria.

16

Uma das características do atual constitucionalismo social é a integração de normas trabalhistas ao texto da CF/1988. No que se refere ao nosso ordenamento, a atual Constituição Federal não expressa que:

- (A) é proibida a distinção entre trabalho manual, técnico; e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (B) a relação de emprego é protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- (C) o seguro-desemprego é devido em caso de desemprego involuntário.
- (D) o direito ao fundo, de garantia do tempo de serviço não é devido em caso de pedido de demissão.
- (E) a garantia de salário, nunca inferior ao salário mínimo, é devida para os empregados que percebem remuneração variável.

Direito Administrativo

Renato Borelli

17

Um Promotor de Justiça ajuizou ação de improbidade administrativa em face de um prefeito municipal, imputando-lhe condutas enquadradas, à época, no art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/1992 (LIA).

Durante o curso da demanda, foi promulgada a Lei n. 14.230/2021, que revogou o referido dispositivo, estabelecendo novos tipos para atos que atentam contra princípios da Administração Pública.

A defesa alegou: (i) ocorrência de *abolitio criminis* administrativa, pedindo a extinção da ação; (ii) aplicação retroativa das novas regras de prescrição, em benefício do réu; e (iii) prescrição total da pretensão sancionatória, pois a instauração do inquérito civil não poderia suspender ou interromper o prazo.

Com base na jurisprudência do STF e do STJ, e nas disposições atuais da LIA, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação do art. 11, *caput*, da LIA acarreta extinção da ação, pois não há possibilidade de aplicação da continuidade típico-normativa no direito administrativo sancionador.
- (B) O novo regime de prescrição da Lei n. 14.230/2021 aplica-se retroativamente aos processos em curso, por se tratar de norma mais benéfica ao réu.
- (C) A instauração de inquérito civil não tem o condão de suspender a prescrição, sendo tal efeito atribuído apenas ao ajuizamento da ação.
- (D) As ações de ressarcimento ao erário por atos dolosos de improbidade administrativa permanecem imprescritíveis, não sendo alcançadas pelas alterações da Lei n. 14.230/2021.
- (E) O ajuizamento da ação de improbidade não interrompe o prazo prescricional, que corre integralmente desde a prática do ato.

18

Um servidor estável do Poder Executivo Federal foi demitido em processo administrativo disciplinar, decisão posteriormente invalidada judicialmente. Além disso, em município vizinho, o prefeito nomeou seu irmão para o cargo de Secretário Municipal de Saúde. Em outro caso, um servidor aposentado teve o benefício cassado por infração disciplinar grave cometida quando ainda estava em atividade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A cassação da aposentadoria de servidor é medida válida, desde que a infração disciplinar grave tenha sido praticada na ativa e fosse punível com demissão, ainda que o benefício previdenciário tenha caráter contributivo.
- (B) A nomeação do irmão do prefeito para o cargo de Secretário Municipal caracteriza, automaticamente, nepotismo e afronta à Súmula Vinculante n. 13 do STF, independentemente da comprovação de qualificação técnica ou não.
- (C) O servidor demitido ilegalmente tem direito à reintegração ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento integral das vantagens que teria percebido no período de afastamento.
- (D) Pagamentos indevidos feitos a servidores por erro de cálculo administrativo devem ser devolvidos, salvo se comprovada a boa-fé objetiva do servidor, especialmente quando não era possível identificar a irregularidade do pagamento.
- (E) A Administração deve descontar os dias de greve dos servidores públicos, por se tratar de suspensão do vínculo funcional. Todavia, o desconto não é devido se demonstrado que a paralisação decorreu de conduta ilícita do Poder Público, admitida a compensação mediante acordo.

19

Um Tribunal de Contas Estadual, ao fiscalizar licitação promovida por um município para a contratação de serviços de engenharia, constatou que, apesar de a execução ter seguido regularmente o cronograma físico-financeiro, o valor orçado para determinados itens da planilha estava muito acima dos parâmetros de mercado. Diante dessa situação, nos termos da Lei n. 14.133/2021, estar-se-á diante de:

- (A) superfaturamento decorrente da medição de quantidades superiores às executadas.
- (B) sobrepreço, caracterizado por orçamento em valor expressivamente superior ao praticado no mercado.
- (C) superfaturamento em razão de alterações contratuais que beneficiaram economicamente a contratada.

- (D) superfaturamento, consistente em deficiência técnica da execução que reduziu a qualidade e vida útil da obra.
- (E) sobrepreço, configurado pelo recebimento antecipado de valores e distorção do cronograma físico-financeiro.

20

O município de Santa Esperança contratou verbalmente a empresa *Construir Bem S.A.* para reformar o hospital municipal, sem prévio procedimento licitatório. A obra foi integralmente executada e está sendo regularmente usufruída pela população. Após controle do Tribunal de Contas, o contrato foi declarado nulo por ausência de forma escrita e por violação à exigência de licitação. O município, então, recusou-se a pagar os valores devidos à contratada, alegando que o contrato era nulo de pleno direito.

À luz da legislação de regência e da jurisprudência consolidada, assinale a alternativa correta.

- (A) O município agiu corretamente, pois contratos administrativos nulos não geram qualquer efeito jurídico, ainda que tenha havido execução da obra.
- (B) A empresa não faz jus a qualquer pagamento, pois a contratação irregular presume a má-fé do contratado.
- (C) O município deve indenizar apenas pelos materiais aplicados na obra, não sendo devida a remuneração pelos serviços prestados.
- (D) O município deve indenizar a contratada pelos serviços efetivamente prestados e aproveitados, ainda que o contrato seja nulo, sob pena de enriquecimento sem causa.
- (E) O município pode optar por pagar somente parte da obra, a fim de não incentivar contratações irregulares.

21

Durante uma audiência pública, discutiu-se a possibilidade de delegação de funções estatais a particulares. Um dos participantes levantou dúvida quanto ao alcance do poder de polícia administrativa, sobretudo diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

À luz dessa orientação, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a exigência de credenciamento ou autorização prévia como manifestação do poder de polícia, já que sua função é exclusivamente repressiva e sancionatória.
- (B) A delegação do poder de polícia a entidades privadas integrantes da Administração Indireta é inconstitucional, ainda que se trate de serviço público próprio do Estado prestado em regime de monopólio.
- (C) É legítima a previsão de lei que atribui a particulares estranhos à Administração, como associações civis, a competência para lavrar autos de infração e aplicar penalidades administrativas.
- (D) É constitucional a destinação de parcela dos emolumentos notariais e registrais ao Poder Judiciário, pois tal cobrança envolve exercício de poder de polícia sobre as serventias extrajudiciais.
- (E) As medidas coercitivas indiretas, como restrição de direitos ou condicionamento de benefícios, não podem ser utilizadas no exercício do poder de polícia quando envolver ordem não dotada de autoexecutoriedade.

22

Diante de denúncia de precariedade em unidade hospitalar estadual, o Ministério Público ajuizou ação civil pública requerendo a contratação emergencial de médicos e a adequação das instalações. O Tribunal de Justiça determinou que o Estado deveria apresentar, em prazo razoável, um plano de ação contendo as medidas necessárias para sanar a deficiência, podendo utilizar diferentes mecanismos de gestão de pessoal e serviços.

À luz da orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) A intervenção judicial em políticas públicas de saúde é inconstitucional, pois cabe apenas ao Executivo avaliar prioridades orçamentárias e de gestão, em respeito ao princípio da separação de poderes.
- (B) O Poder Judiciário pode determinar finalidades a serem alcançadas pela Administração Pública, sem, contudo, substituir-se a ela na escolha dos meios concretos para a implementação.

(C) Uma vez constatada a deficiência grave no serviço, o Judiciário está autorizado a impor diretamente contratações e nomeações, sem necessidade de respeitar a autonomia do Executivo.

(D) A atuação judicial em matéria de políticas públicas exige sempre a fixação de medidas pontuais e detalhadas, sob pena de configurar omissão judicial.

(E) O déficit de profissionais na saúde pública não pode ser suprido mediante contratação de organizações sociais (OS) ou de organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), visto que tais modelos não são admitidos pelo STF.

23

Em relação à responsabilidade civil do Estado, analise os itens a seguir, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- I – O Estado responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa ou dolo.
- II – A responsabilidade civil do Estado, nas hipóteses de omissão específica e comprovada falha no dever de agir, tem natureza objetiva, aplicando-se a teoria do risco administrativo.
- III – É dever do Estado indenizar danos decorrentes da falta de condições mínimas de humanidade no sistema prisional, ainda que não se prove nexo causal direto entre a falha estatal e o dano suportado pelo detento.
- IV – A responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais é objetiva, aplicando-se a mesma disciplina constitucional prevista no art. 37, § 6º, CF/1988, exceto a exigência de dolo do magistrado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (E) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

24

No município Raio de Luz, a Lei local n. XXX passou por alterações prevendo, entre outros pontos, que:

- I – A interposição de recurso administrativo contra multas aplicadas por órgãos de fiscalização dependerá de comprovação de depósito prévio de 20% do valor atualizado da penalidade.
- II – O órgão recursal poderá, de ofício, adequar a penalidade aplicada aos parâmetros legais, inclusive agravando-a quando verificar contrariedade à lei, independentemente de prévia comunicação ao recorrente.
- III – A concessão de efeito suspensivo aos recursos administrativos pressupõe deferimento expresso da autoridade competente.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as alterações I e II são válidas.
- (B) Apenas as alterações I e III são válidas.
- (C) Apenas as alterações II e III são válidas.
- (D) Apenas a alteração III é válida.
- (E) Nenhuma alteração é válida.

25

Um auditor fiscal federal foi submetido a processo administrativo disciplinar (PAD), instaurado após apuração preliminar motivada por denúncia anônima de enriquecimento ilícito. Concluído o PAD, aplicou-se a penalidade de demissão. O servidor ajuizou mandado de segurança alegando: (i) nulidade do PAD por ter sido instaurado com base em denúncia anônima; (ii) nulidade pela ausência de defesa técnica por advogado; (iii) nulidade porque, no curso do processo, a comissão alterou a capitulação legal da conduta; e (iv) possibilidade de reexame judicial das provas para demonstrar a desproporcionalidade da penalidade. Considerando a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O PAD é nulo, porque a denúncia anônima jamais pode fundamentar sua instauração.
- (B) O PAD é nulo, pois a ausência de advogado em defesa técnica viola o contraditório e a ampla defesa.
- (C) A alteração da capitulação legal no PAD não enseja nulidade, pois o servidor se defende dos fatos e não da classificação jurídica inicial.
- (D) No mandado de segurança, é possível discutir a suficiência das provas produzidas no PAD.
- (E) No mandado de segurança, não se admite analisar a adequação entre a conduta apurada e a penalidade de demissão.

26

A Companhia Estadual de Energia Solar (CEES) forneceu eletricidade para diversos prédios do Município Delta. Apesar do consumo registrado e faturado regularmente, o Município deixou de efetuar os pagamentos correspondentes durante três anos. Diante da inadimplência, a CEES ajuizou ação de cobrança em face da municipalidade, pleiteando o pagamento integral do débito.

À luz da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta acerca do prazo prescricional aplicável.

- (A) Cinco anos, por se tratar de pretensão contra a Fazenda Pública, nos termos do Decreto-Lei n. 20.910/1932.
- (B) Três anos, pois o não pagamento configura enriquecimento sem causa da Administração.
- (C) Dez anos, por se tratar de pretensão de cobrança de natureza contratual, sujeita ao prazo prescricional geral do art. 205 do Código Civil.
- (D) Cinco anos, por se tratar de dívida líquida constante de instrumento particular, conforme art. 206, § 5º, I, do Código Civil.
- (E) Três anos, pois se trata de pretensão de reparação civil decorrente de inadimplemento contratual.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Juliano Alves

27

O Tribunal de Justiça do Estado Beta, em observância à Resolução CNJ n. 640/2025, que institui a Política de Comunicação Social do Poder Judiciário, está desenvolvendo uma nova campanha institucional para divulgar os canais de acesso à justiça para populações vulneráveis. Durante o planejamento, a equipe de comunicação social debate sobre as diretrizes que devem nortear a produção das peças publicitárias, especialmente no que tange à representação social e aos valores a serem transmitidos. Com base nas diretrizes da referida Resolução, assinale a afirmativa correta.

- (A) A comunicação deve priorizar a imagem de magistrados e servidores engajados em projetos sociais para humanizar a instituição, sendo vedada apenas a promoção de natureza pessoal que tenha fins comerciais ou contrários aos objetivos da Política de Comunicação.
- (B) A campanha deve valorizar a diversidade étnica e cultural, garantindo o respeito à representatividade racial, etária, de gênero e de orientação sexual em suas peças de comunicação.
- (C) A utilização de linguagem simples e acessível é recomendada, mas deve ser evitada em campanhas de maior impacto para não comprometer a sobriedade e a autoridade da imagem do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua imagem institucional.
- (D) Para garantir a uniformidade da identidade visual do Poder Judiciário em âmbito nacional, é vedada a valorização de elementos simbólicos da cultura regional, que poderiam fragmentar a mensagem institucional.
- (E) A comunicação deve ter um caráter estritamente informativo e de orientação social, sendo vedado estimular a participação da sociedade em debates sobre políticas públicas, a fim de preservar a impessoalidade e a finalidade pública da comunicação oficial.

28

Uma grande empresa do setor de agronegócio, atuante em diversos estados da Federação, ajuíza dezenas de ações de indenização por danos morais contra um pequeno coletivo de ativistas ambientais. As ações são distribuídas em comarcas remotas e distintas dos domicílios dos réus, baseando-se em um único relatório crítico publicado pelo coletivo sobre as práticas ambientais da empresa. Um magistrado, ao receber uma dessas ações em sua comarca, percebe, por meio de alerta do Centro de Inteligência do Judiciário, o padrão de distribuição massiva e a aparente desproporcionalidade entre o pedido e o dano alegado.

Considerando o fenômeno da litigância abusiva e as diretrizes da Recomendação CNJ n. 159/2024, que visam equilibrar o direito de acesso à Justiça com a necessidade de coibir seu uso predatório, assinale a conduta que melhor se alinha aos princípios humanísticos e aos objetivos da referida norma.

- (A) Proceder ao regular trâmite da ação, garantindo o direito irrestrito de acesso à Justiça da empresa autora, pois a análise de indícios de litigância abusiva só pode ocorrer após a apresentação da contestação, sob pena de prejulgamento e violação ao princípio do contraditório.
- (B) Reconhecer que o ajuizamento massivo e pulverizado de ações pode configurar assédio processual, uma forma de litigância abusiva que instrumentaliza o Poder Judiciário para cercear direitos fundamentais como a liberdade de expressão e, com base nisso, adotar medidas para averiguar a legitimidade da postulação, como a realização de audiências preliminares.
- (C) Indeferir liminarmente a petição inicial por falta de interesse de agir, presumindo a má-fé da empresa, uma vez que a Recomendação autoriza o magistrado a reprimir de ofício e de forma imediata qualquer conduta que considere artificial ou fraudulenta, visando a economicidade processual.
- (D) Declarar-se incompetente e remeter os autos à capital do estado, por entender que a complexidade de casos envolvendo litigância abusiva e direitos fundamentais deve ser tratada por varas especializadas, conforme determina expressamente o Anexo C da Recomendação.
- (E) Determinar o prosseguimento do feito, mas oficiar a Ordem dos Advogados do Brasil para apurar a conduta do advogado da empresa, pois a litigância abusiva, conforme a Recomendação, gera responsabilidade exclusivamente disciplinar para o patrono, não afetando o direito de ação do litigante.

29

Júlia, uma adolescente de 15 anos, utiliza intensamente a rede social “ConectaMundo” para interagir com amigos e consumir conteúdo. Seu pai, Marcos, preocupado com os riscos do ambiente digital, utiliza as ferramentas de supervisão parental disponibilizadas pela plataforma, em conformidade com o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/2025).

No entanto, Marcos configura as ferramentas no nível máximo de restrição, bloqueando o acesso de Júlia a grupos de discussão sobre temas sociais e monitorando suas conversas privadas. Júlia, sentindo-se invadida, argumenta que o monitoramento excessivo desrespeita seu desenvolvimento e autonomia. A controvérsia é levada ao Poder Judiciário, levantando um debate sociológico sobre como o Direito deve mediar as novas configurações das relações familiares e da privacidade na era digital, equilibrando a proteção de vulneráveis com o respeito ao desenvolvimento individual.

Com base nos princípios e deveres estabelecidos pelo Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa que melhor orienta a decisão judicial.

- (A) A lei prioriza o dever de cuidado dos pais, conferindo-lhes poder irrestrito para utilizar as ferramentas de supervisão parental, de modo que a conduta de Marcos é integralmente lícita, pois a proteção prevalece sobre qualquer alegação de autonomia do adolescente.
- (B) A responsabilidade pela mediação do conflito é exclusiva da plataforma “ConectaMundo”, que deveria impedir configurações que violem a privacidade, isentando os pais de qualquer ponderação sobre o uso das ferramentas, desde que disponíveis no serviço.
- (C) A decisão judicial deve ponderar o dever de proteção dos pais com o princípio da autonomia e do desenvolvimento progressivo da adolescente. Embora as ferramentas de supervisão sejam um direito dos responsáveis, seu uso não pode ser absoluto, devendo ser proporcional à idade e maturidade de Júlia, sendo o monitoramento de conversas privadas uma medida extrema que pode violar seus direitos da personalidade.
- (D) O Estatuto Digital visa primordialmente coibir a exploração comercial, como o perfilamento para publicidade e a monetização de conteúdo infantil. Questões de supervisão parental, por pertencerem à esfera privada familiar, não são o objeto principal da regulação, devendo prevalecer o acordo familiar.
- (E) A partir dos 15 anos, a adolescente adquire plena autonomia digital, sendo vedado aos pais o uso de quaisquer ferramentas de supervisão parental, pois o Estatuto, ao consagrar o desenvolvimento progressivo, presume a capacidade do adolescente para gerir sua vida digital sem interferências.

30

Uma empresa de tecnologia lança o jogo online “Aventura Cósmica”, que rapidamente se torna um sucesso entre adolescentes de 13 a 16 anos. Para acessar o jogo, é necessário criar uma conta fornecendo dados como nome, idade e e-mail dos pais. Nos Termos de Serviço, aceitos pelos responsáveis no ato da inscrição, há uma cláusula que autoriza a empresa a coletar e tratar dados sobre o comportamento dos jogadores, como tempo de uso, itens adquiridos e interações com outros usuários. A empresa utiliza esses dados para criar perfis comportamentais detalhados de cada adolescente e, com base neles, direciona publicidade de produtos de consumo dentro do próprio jogo. Uma associação de defesa dos direitos do consumidor ajuíza uma ação civil pública, argumentando que tal prática, embora consentida, é ilícita à luz do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/2025), pois representa uma exploração comercial da vulnerabilidade informacional desse público. Do ponto de vista da Sociologia do Direito e das normas de proteção de dados, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prática da empresa é lícita, pois o consentimento dos pais ou responsáveis legais, obtido de forma clara nos Termos de Serviço, supre qualquer vedação legal, em conformidade com as bases da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- (B) A conduta é ilícita, pois o Estatuto, em diálogo com a LGPD, estabelece uma proteção especial que proíbe expressamente a criação de perfis comportamentais de crianças e adolescentes para fins de direcionamento de publicidade comercial, independentemente de consentimento.
- (C) A criação dos perfis comportamentais é permitida, desde que a empresa comprove que os dados foram devidamente anonimizados antes do tratamento para fins publicitários, não se aplicando, nesse caso, as vedações do Estatuto Digital, que se restringem a dados pessoais identificáveis.
- (D) A ilicitude da conduta da empresa reside unicamente na ausência de publicação do relatório semestral de transparência exigido pela lei para grandes aplicações de internet. A prática de perfilamento, em si, seria uma irregularidade sanável com a devida prestação de contas.
- (E) A conduta é ilícita apenas se o perfilamento utilizar dados pessoais sensíveis, como origem racial ou étnica. Dados de comportamento em jogos, por não possuírem tal classificação, podem ser tratados para fins comerciais, desde que não haja compartilhamento com terceiros.

31

Letícia apresenta uma representação disciplinar à Corregedoria do Tribunal de Justiça contra seu ex-companheiro, o Juiz de Direito Dr. Cássio, por reiteradas ameaças e violência psicológica ocorridas após o término do relacionamento. Ela anexa à representação diversas mensagens de texto com teor intimidatório e arrola uma amiga como testemunha, a qual confirma o estado de abalo emocional e o temor de Letícia em razão das ameaças do magistrado. Instaurado o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Dr. Cássio, em sua defesa, alega que os fatos narrados se restringem à sua vida privada, sem qualquer relação com o exercício de sua função jurisdicional. Argumenta ainda que não houve violência física e que a palavra da ex-companheira não pode prevalecer sobre a sua, sustentando que a ausência de uma condenação criminal impede a aplicação de sanção administrativa.

Considerando o caso hipotético, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), o Código de Ética da Magistratura e o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conduta do magistrado, por ter ocorrido em sua vida particular e não no exercício de suas funções jurisdicionais, não pode ser objeto de sanção disciplinar, pois a LOMAN protege a vida privada do juiz, devendo a questão ser resolvida exclusivamente na esfera criminal.
- (B) A Corregedoria deve suspender o processo administrativo disciplinar até o trânsito em julgado de uma eventual ação penal, pois a responsabilização administrativa de um magistrado por violência doméstica depende da prévia condenação criminal, em respeito à independência das instâncias e à presunção de inocência.
- (C) Em razão da ausência de testemunhas presenciais diretas das ameaças e da natureza privada dos desentendimentos, a palavra da vítima, ainda que corroborada por mensagens, é insuficiente para comprovar a falta funcional, devendo prevalecer a presunção de idoneidade do magistrado.
- (D) A conduta do magistrado, mesmo na esfera privada, viola os deveres de manter uma conduta irrepreensível, comprometendo a honra e o decoro do cargo, conforme a LOMAN e o Código de Ética. A análise das provas, à luz do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, confere especial valor à palavra da vítima, sobretudo quando amparada por outros elementos, caracterizando a falta funcional grave e tornando sua permanência na função incompatível com a dignidade da magistratura.
- (E) A ausência de violência física e o fato de o magistrado possuir uma carreira sem máculas anteriores indicam que a conduta, embora reprovável, deve ser punida com uma sanção mais branda, como a de censura, em observância ao princípio da proporcionalidade, por se tratar de um procedimento incorreto, mas não de uma infração grave.

32

A Corregedoria Nacional de Justiça, a partir de provas compartilhadas de uma investigação criminal, obteve fortes indícios de que o Desembargador Arnaldo, de um Tribunal de Justiça Estadual, estaria envolvido em um esquema de negociação de decisões judiciais. As evidências sugerem uma relação de proximidade indevida com advogados e um aumento patrimonial incompatível com seus rendimentos.

Considerando a gravidade dos fatos e o risco de que a permanência do magistrado em suas funções pudesse comprometer a apuração de sua conduta e abalar a confiança pública no Judiciário, a Corregedoria propôs ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e o seu afastamento cautelar do cargo.

À luz da jurisprudência do CNJ sobre o tema e dos deveres éticos da magistratura, assinale a afirmativa correta.

- (A) O afastamento cautelar do Desembargador é uma medida incabível antes do trânsito em julgado do PAD, pois viola a garantia constitucional da presunção de inocência e configura uma antecipação de pena, sendo admissível apenas após a conclusão do processo administrativo.
- (B) A competência para apurar a conduta e determinar o afastamento de um Desembargador é exclusiva da Corregedoria do respectivo Tribunal de Justiça, não podendo o CNJ atuar antes de esgotada a instância local, em respeito ao princípio federativo e à autonomia dos tribunais.
- (C) O CNJ somente poderia determinar o afastamento se houvesse prova concreta de que o magistrado estivesse ativamente obstruindo as investigações, como coagindo testemunhas. A mera proteção da “imagem do Poder Judiciário” é um fundamento abstrato e insuficiente para justificar uma medida tão drástica.
- (D) O afastamento cautelar é uma medida de natureza administrativa e processual, não punitiva, que pode ser determinada pelo CNJ, antes ou durante o PAD, quando a permanência do magistrado em suas funções representar um risco para a apuração dos fatos ou para a credibilidade e a imagem do Poder Judiciário, visando resguardar a dignidade do cargo e a confiança social na Justiça.
- (E) O Processo Administrativo Disciplinar deve ser suspenso até a conclusão da investigação criminal, pois, em razão da independência entre as instâncias, a apuração de fatos que também constituem crime tem precedência na esfera penal, cujas provas vincularão a decisão administrativa.

Direitos Humanos

Alice Rocha

33

O artigo 4º da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, representando um marco na constitucionalização do Direito Internacional dos Direitos Humanos no ordenamento brasileiro. Sobre esses princípios, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da prevalência dos direitos humanos, previsto no inciso II do art. 4º, possui caráter meramente programático, não gerando obrigações concretas para o Estado brasileiro no plano internacional.
- (B) A concessão de asilo político, princípio previsto no inciso X do art. 4º, é um direito subjetivo do estrangeiro perseguido, não podendo o Estado brasileiro negar o pedido quando preenchidos os requisitos legais.
- (C) O princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade fundamenta a participação do Brasil em organismos internacionais de proteção dos direitos humanos e a submissão à jurisdição de tribunais internacionais.
- (D) A autodeterminação dos povos, princípio do inciso III, impede que o Brasil participe de missões de paz da ONU em países que não solicitaram expressamente a intervenção internacional.
- (E) O princípio da solução pacífica dos conflitos exclui a possibilidade de o Brasil adotar sanções econômicas contra países que violem sistematicamente direitos humanos, por configurar forma de coerção.

34

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) constituem, juntamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Internacional de Direitos Humanos. Sobre esses instrumentos e seus mecanismos de monitoramento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Comitê de Direitos Humanos, órgão de monitoramento do PIDCP, pode receber comunicações individuais de todos os Estados-partes do Pacto, independentemente de ratificação de protocolo adicional.
- (B) O princípio da realização progressiva, aplicável aos direitos econômicos, sociais e culturais, exime os Estados de qualquer obrigação imediata, permitindo o retrocesso em políticas públicas durante crises econômicas.
- (C) O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais utiliza o mecanismo de Observações Gerais para interpretar o conteúdo normativo dos direitos previstos no PIDESC e orientar os Estados na implementação de suas obrigações.
- (D) A reserva formulada pelo Brasil ao artigo 12 do PIDCP, sobre liberdade de movimento, impede a aplicação desse direito no território nacional até que seja formalmente retirada.
- (E) O PIDESC estabelece que os direitos nele previstos são de aplicação imediata, equiparando-se aos direitos civis e políticos quanto à exigibilidade e justiciabilidade.

35

Marcos, juiz de primeira instância, ao analisar um caso de prisão por dívida de depositário infiel, verifica que a legislação brasileira (Decreto-Lei n. 911/1969) permite tal prisão, mas que o Pacto de São José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil, veda a prisão civil por dívida, salvo a do devedor de alimentos. Considerando a doutrina do controle de convencionalidade, assinale a afirmativa correta sobre a conduta que o magistrado deve adotar.

- (A) Deve aplicar a lei brasileira, pois o controle de convencionalidade só pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.
- (B) Deve aplicar preferencialmente a Convenção Americana, realizando controle de convencionalidade difuso, por se tratar de norma de direitos humanos com status supralegal.
- (C) Deve suscitar incidente de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, pois não pode deixar de aplicar lei federal válida.
- (D) Deve aplicar a lei brasileira, mas comunicar o conflito normativo ao Ministério Público Federal para eventual propositura de ação de controle concentrado.
- (E) Deve aplicar a norma mais restritiva de direitos, seguindo o princípio da legalidade estrita em matéria de prisão civil.

36

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2007, e a Convenção n. 169 da OIT estabelecem importantes diretrizes sobre o direito à consulta prévia, livre e informada. Sobre esse direito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A consulta prévia é obrigatória apenas para medidas legislativas que afetem diretamente terras indígenas demarcadas, não se aplicando a atos administrativos ou decisões judiciais.
- (B) O consentimento dos povos indígenas é sempre necessário para a validade de qualquer medida que os afete, configurando poder de veto absoluto sobre decisões estatais.
- (C) A consulta deve ser realizada através das instituições representativas dos povos indígenas, respeitando seus métodos tradicionais de tomada de decisão e em prazo que permita análise adequada da proposta.
- (D) A Convenção n. 169 da OIT estabelece que a consulta prévia deve ser realizada exclusivamente pela FUNAI, como órgão indigenista oficial do Estado brasileiro.
- (E) O direito à consulta prévia aplica-se apenas a povos indígenas em situação de isolamento voluntário, não abrangendo comunidades integradas à sociedade nacional.

37

No julgamento do Recurso Extraordinário n. 494.601 (Tema 566 de Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal analisou a constitucionalidade de lei estadual que regulamentava o sacrifício ritual de animais em cultos religiosos de matriz africana. Sobre essa decisão e seus fundamentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O STF declarou a inconstitucionalidade da lei estadual por violar o princípio da laicidade do Estado, vedando qualquer forma de regulamentação estatal de práticas religiosas.
- (B) O Tribunal entendeu que a proteção aos animais, prevista no art. 225 da Constituição, prevalece sobre a liberdade religiosa, proibindo o sacrifício ritual em qualquer circunstância.
- (C) O Tribunal condicionou a constitucionalidade da prática à prévia autorização de órgãos ambientais e sanitários, estabelecendo controle estatal sobre os rituais religiosos.
- (D) A decisão limitou-se aos cultos de matriz africana, não se estendendo a outras religiões que pratiquem o sacrifício ritual de animais.
- (E) O STF reconheceu a constitucionalidade da prática do sacrifício ritual de animais em cultos religiosos de matriz africana, considerando-a manifestação cultural e religiosa protegida pela Constituição.

38

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado pelo Brasil seguindo o procedimento previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal. Sobre as implicações dessa aprovação e o status hierárquico dos tratados de direitos humanos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Convenção possui status de emenda constitucional, podendo ser utilizada como parâmetro para o controle concentrado de constitucionalidade de leis e atos normativos.
- (B) Por ter sido aprovada pelo quórum qualificado, a Convenção revogou automaticamente toda a legislação infraconstitucional anterior que fosse incompatível com seus dispositivos.
- (C) O status de emenda constitucional impede que a Convenção seja denunciada pelo Brasil, por integrar permanentemente o texto constitucional.
- (D) A aprovação pelo rito do art. 5º, § 3º, dispensa a promulgação por decreto presidencial, tendo a Convenção aplicabilidade imediata após a aprovação congressional.
- (E) A Convenção pode ser modificada apenas por nova emenda constitucional, não sendo possível sua alteração por protocolos adicionais aprovados pelo rito ordinário.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

39

Sobre competência, segundo o STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência territorial em relações de consumo é relativa, permitindo ao consumidor escolher o foro, mas não se admite escolha aleatória sem justificativa plausível.
- (B) A competência territorial em relações de consumo é absoluta, não se permitindo ao consumidor escolher o foro.
- (C) A competência territorial em relações de consumo é absoluta, permitindo ao consumidor escolher o foro, admitindo-se escolha aleatória.
- (D) A competência territorial em relações de consumo é absoluta, permitindo ao consumidor escolher o foro, mas não se admite escolha aleatória sem justificativa plausível.
- (E) A competência territorial em relações de consumo é relativa, permitindo ao consumidor escolher o foro e de forma aleatória sem justificativa plausível.

40

Sobre a gratuidade da justiça, segundo o STJ, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É vedado o uso de critérios objetivos para o indeferimento imediato da gratuidade judiciária requerida por pessoa natural.
- (B) Verificada a existência nos autos de elementos aptos a afastar a presunção de hipossuficiência econômica da pessoa natural, o juiz deverá determinar ao requerente a comprovação de sua condição, indicando de modo preciso as razões que justificam tal afastamento.
- (C) Cumprida a diligência de comprovação de sua condição, a adoção de parâmetros objetivos pelo magistrado pode ser realizada em caráter meramente suplementar e desde que não sirva como fundamento exclusivo para o indeferimento do pedido de gratuidade.
- (D) A análise das normas que regulamentam a gratuidade judiciária tem por premissa interpretativa a finalidade para a qual foi estabelecido o referido instituto, que é afastar a escassez de recursos como fator de exclusão do acesso à justiça.
- (E) É permitido o uso de critérios objetivos para o indeferimento imediato da gratuidade judiciária requerida por pessoa natural.

41

Sobre honorários advocatícios, assinale a alternativa incorreta, segundo o entendimento do STJ e o CPC.

- (A) A fixação de honorários advocatícios por equidade é válida quando a extinção da ação não gera repercussão no direito vindicado.
- (B) O arbitramento dos honorários advocatícios pela equidade também se justifica em casos em que, havendo a extinção da ação sem julgamento do mérito, o fundamento utilizado para a resolução da controvérsia não gera repercussão no direito vindicado, circunstância que impede a mensuração de eventual proveito econômico ou a consideração do valor da causa como critério de fixação da verba honorária.
- (C) os honorários advocatícios devem ser arbitrados por apreciação equitativa, com observância dos critérios previstos no art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC, quando o trabalho prestado pelo advogado da parte vencedora tenha se mostrado desinfluyente para o resultado do processo.
- (D) A tabela de honorários da OAB é vinculativa em casos em que o trabalho do advogado é desinfluyente para o resultado do processo.
- (E) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

42

Sobre a ação monitória, assinale a alternativa incorreta, segundo o entendimento do STJ.

- (A) Nos embargos monitórios por negativa geral apresentados pelo curador especial, é indevida a conclusão do magistrado pela insuficiência probatória sem que tenha, de modo cooperativo, especificado as provas a serem produzidas e indicado os fatos a serem provados, dando a oportunidade ao credor de instruir adequadamente a ação.
- (B) A ação monitória visa tutelar o direito do credor que dispõe de prova documental apta a gerar forte probabilidade do crédito, mas sem eficácia executiva, partindo da premissa de que o devedor não apresentará defesa idônea ou não disporá de fundamentos jurídicos sólidos para afastar a cobrança.
- (C) Na fase inicial, na aferição dos pressupostos da monitória, a atuação do magistrado é baseada em juízo de cognição sumária, verificada à luz da documentação da inicial e sem prévia oitiva do réu.
- (D) Na dúvida a respeito da suficiência da documentação, é dever do magistrado conferir ao autor a oportunidade para emendar a inicial ou para requerer a conversão do rito para o comum, em observância à instrumentalidade das formas e à primazia do julgamento de mérito.
- (E) É devida a extinção da monitória por falta de provas mesmo antes de ser dada a oportunidade de o credor juntar novos documentos.

43

Sobre a ação monitória, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É cabível apelação contra a decisão que acolhe embargos à monitória para excluir a parte dos litisconfortes passivos, remanescendo o trâmite da ação monitória em face de outro réu.
- (B) A pretensão de cobrança, por meio de ação monitória, de dívida representada por cédula de crédito bancário prescreve em cinco anos.
- (C) É ação para exigir do devedor o pagamento de quantia em dinheiro, a entrega de coisa ou o adimplemento da obrigação de fazer ou não fazer com base em prova escrita sem eficácia de título executivo.
- (D) É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- (E) Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

44

Sobre a contestação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não reclamação, há abertura de prazo para apresentação de contestação.
- (B) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (C) A abusividade da cláusula de eleição de foro pode ser alegada pelo réu a qualquer momento.
- (D) O réu pode reconvir sem contestar a ação.
- (E) Nas ações possessórias, é lícito ao réu, na contestação, demandar indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

45

Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) O Defensor Público, atuando em nome da Defensoria Pública, não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução, atribuição conferida exclusivamente ao Defensor Público-Geral.
- (B) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- (C) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (D) O Governador e o Secretário de Estado de Fazenda ostentam legitimidade para figurar no polo passivo do mandado de segurança que questione a exigibilidade de tributos.
- (E) O Ministério Público possui legitimidade ativa para impetrar Mandado de Segurança a fim de promover a defesa dos interesses transindividuais e do patrimônio público material ou imaterial.

46

Sobre as súmulas do STJ, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O ente público não detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares.
- (B) Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.
- (C) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- (D) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.

47

Sobre o cumprimento de sentença, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A suspensão do cumprimento de sentença, em virtude da ausência de bens passíveis de excussão, por longo período de tempo, sem diligência por parte do credor, não configura *supressio*.
- (B) A substituição, na fase de cumprimento de sentença, do parâmetro da base de cálculo dos honorários advocatícios – de valor da condenação para proveito econômico – não ofende a coisa julgada.
- (C) É possível a determinação de consulta ao CCS-Bacen em cumprimento de sentença de natureza cível com o fim de apurar a existência de patrimônio do devedor.
- (D) É incabível a repropositura de cumprimento de sentença de parcela de mesmo crédito que não foi cobrado anteriormente em observância à coisa julgada impeditiva de nova demanda.
- (E) O cumprimento de sentença, mesmo que referente exclusivamente a honorários, processar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, ainda que o feito no qual foi proferida a sentença em que fixada a verba honorária tenha tramitado perante juízo de vara especializada, salvo se outro for o juízo escolhido pelo exequente.

48

Sobre as súmulas do STJ que tratam do Recurso Especial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.

- (B) A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais.
- (C) A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.
- (D) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, mesmo quando inalterado o resultado anterior.
- (E) A questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento.

49

Sobre os atos processuais, assinale a alternativa correta. Os atos e os termos processuais:

- (A) sempre dependem de forma determinada.
- (B) nunca dependem de forma determinada.
- (C) não são considerados válidos mesmo quando realizados de outro modo e atinjam a finalidade essencial.
- (D) independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- (E) sempre dependem de forma determinada, considerando-se inválidos os que forem realizados de outro modo.

50

Sobre a citação, assinale a alternativa correta.

- (A) A citação será feita preferencialmente pelo correio, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar.
- (B) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) A citação será feita preferencialmente por meio de oficial de justiça, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar.
- (D) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Supremo Tribunal Federal.

Direito Civil**Maryanne Abreu****51**

À luz das regras de interpretação do negócio jurídico previstas no Código Civil, especialmente após as alterações introduzidas pela Lei n. 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), assinale a alternativa correta.

- (A) A interpretação do negócio jurídico deve sempre favorecer a parte economicamente mais vulnerável, independentemente de quem tenha redigido o contrato, em observância ao princípio da função social do contrato.
- (B) É vedado às partes convencionar regras próprias de interpretação, de preenchimento de lacunas ou de integração do negócio jurídico, uma vez que tais matérias são de ordem pública e inderrogáveis pela autonomia privada.
- (C) A interpretação do negócio jurídico deve priorizar o sentido confirmado pelo comportamento posterior das partes, bem como aquele que corresponda aos usos e costumes do mercado e à boa-fé.
- (D) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente, a fim de assegurar o máximo de eficácia ao ato de liberalidade.
- (E) O juiz deve sempre adotar, como critério interpretativo, o resultado econômico mais vantajoso para ambas as partes, independentemente das disposições do contrato ou do comportamento posterior dos contratantes.

52

Com base nas disposições do Código Civil acerca das causas interruptivas da prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) A interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez, desde que motivada por atos distintos, como o protesto cambial e o reconhecimento da dívida pelo devedor.
- (B) O despacho do juiz que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, interrompe a prescrição, desde que o interessado promova a citação no prazo e na forma estabelecidos pela lei processual.
- (C) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários não aproveita aos demais, salvo se houver previsão contratual expressa nesse sentido.
- (D) A prescrição pode ser interrompida por qualquer pessoa.
- (E) A interrupção da prescrição em relação a um dos herdeiros do devedor solidário sempre prejudica os demais, em razão da indivisibilidade da dívida solidária.

53

João, Pedro e Lucas contraíram solidariamente uma dívida de R\$ 90.000,00 em favor de Maria. Após o vencimento, Maria propôs ação apenas contra João, que foi condenado a pagar integralmente a quantia devida. João quitou o débito total e, posteriormente, buscou o ressarcimento de parte do valor junto a Pedro e Lucas. Constatou-se, contudo, que Pedro estava insolvente. Com base nas regras sobre solidariedade passiva previstas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) João poderá exigir de Lucas apenas R\$ 30.000,00, correspondente à sua quota-parte, não sendo possível redistribuir a parte do devedor insolvente entre os demais coobrigados.
- (B) Como a dívida foi paga integralmente por João, este perde o direito de regresso contra os demais co-devedores, pois a solidariedade se extingue com o pagamento total da obrigação.
- (C) João poderá exigir de Lucas o valor de R\$ 45.000,00, correspondente à sua quota (R\$ 30.000,00) acrescida da metade da parte do insolvente, conforme o rateio previsto no art. 283 do Código Civil.
- (D) O pagamento realizado por João extingue a obrigação apenas em relação a ele, permanecendo a dívida ativa contra Pedro e Lucas até que também efetuem seus respectivos pagamentos.
- (E) Caso Maria tivesse exonerado Pedro da solidariedade, João e Lucas responderiam apenas por suas quotas individuais, não havendo solidariedade remanescente entre eles.

54

Com base nas disposições do Código Civil acerca da extinção dos contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) A cláusula resolutiva tácita opera de pleno direito, dispensando qualquer manifestação judicial ou interpelação da parte inadimplente.
- (B) O distrato, como forma de extinção contratual, pode ser realizado de forma verbal, ainda que o contrato original tenha sido formalizado por escrito, desde que haja consenso entre as partes.
- (C) Nos contratos bilaterais, o contratante que ainda não cumpriu sua obrigação não pode exigir o cumprimento da obrigação do outro, salvo nos casos em que o inadimplemento decorre de motivo de força maior.
- (D) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o devedor poderá pedir a resolução do contrato, cujos efeitos retroagirão à data da citação.
- (E) A resilição unilateral produz efeitos imediatos, independentemente de notificação prévia à outra parte, ainda que esta tenha realizado investimentos significativos na execução do contrato.

55

Com base nas disposições do Código Civil acerca do contrato de comodato, assinale a alternativa correta.

- (A) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis e se aperfeiçoa com a assinatura do contrato, independentemente da tradição.
- (B) Os administradores de bens alheios, como tutores e curadores, podem livremente conceder comodato sobre tais bens, desde que o façam em benefício do administrado.
- (C) No comodato sem prazo convencionado, presume-se concedido pelo tempo necessário ao uso outorgado, não podendo o comodante retomá-lo antes, salvo em caso de necessidade imprevista e urgente reconhecida judicialmente.
- (D) O comodatário tem direito de reaver do comodante as despesas feitas com o uso e conservação da coisa emprestada, desde que sejam indispensáveis à sua fruição normal.
- (E) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias, responderão proporcionalmente pelas obrigações decorrentes do contrato, na medida de suas quotas de utilização.

56

Carlos publicou, em diversos jornais e redes sociais, um anúncio comprometendo-se a pagar R\$ 10.000,00 a quem encontrasse e devolvesse seu cachorro desaparecido. Antes de qualquer pessoa apresentar resultado, ele decidiu revogar a promessa, divulgando comunicado de mesma publicidade. Entretanto, no dia seguinte, Paula, que não tinha conhecimento da revogação, encontrou o animal e o devolveu a Carlos, apresentando-lhe comprovantes de despesas com alimentação e transporte realizadas para cumprir a entrega.

Com base nas disposições do Código Civil sobre a promessa de recompensa, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos não está obrigado a pagar nada, pois revogou validamente a promessa antes do cumprimento da condição, ainda que Paula desconhecesse a revogação.
- (B) Paula tem direito à recompensa integral, porque executou o serviço de boa-fé, ainda que a promessa tenha sido revogada antes da devolução do animal.
- (C) Carlos deve reembolsar Paula pelas despesas comprovadamente feitas de boa-fé, mas não está obrigado a pagar a recompensa prometida.
- (D) A revogação da promessa somente teria validade se Paula tivesse sido pessoalmente notificada, pois o Código Civil exige ciência individual para a eficácia da revogação.
- (E) Paula não tem direito sequer ao reembolso das despesas, porque a promessa de recompensa só gera efeitos se o serviço for prestado após o prazo fixado para execução.

57

Acerca dos alimentos, assinale a alternativa correta, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) É possível o deferimento da medida excepcional de quebra de sigilo fiscal e bancário em ação de alimentos quando não houver outro meio idôneo para apurar a real capacidade econômico-financeira do alimentante.
- (B) Por se tratar de direito indisponível, é vedada a realização de acordo com a finalidade de exonerar o devedor do pagamento de alimentos devidos e não pagos.
- (C) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, permitida a compensação e a repetibilidade.
- (D) O inadimplemento dos alimentos compensatórios autoriza a prisão civil por dívida.
- (E) A prisão do genitor demonstra a impossibilidade do adimplemento da prestação alimentar.

58

No que tange ao casamento e união estável, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I) Após a EC n. 66/2010, a separação judicial não é mais requisito para o divórcio nem existe mais como figura autônoma no ordenamento jurídico.
- II) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.
- III) Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.641, II, do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante instrumento público ou particular.

Está(ão) correto(s):

- (A) apenas o item I.
- (B) os itens I e II.
- (C) os itens I, II e III.
- (D) os itens II e III.
- (E) apenas o item III.

59

São causas de perda da propriedade, exceto:

- (A) alienação.
- (B) por abandono.
- (C) pela renúncia.
- (D) pela especificação.
- (E) por perecimento.

60

Com base nas disposições do Código Civil sobre o direito de superfície, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de superfície constitui-se por contrato particular entre as partes, sendo o registro em cartório mera formalidade facultativa, que não afeta a validade do negócio jurídico.
- (B) O direito de superfície autoriza a realização de obras tanto na superfície quanto no subsolo do imóvel, independentemente de menção expressa no instrumento de concessão.
- (C) Extinto o direito de superfície, o proprietário adquire a propriedade plena do terreno e das construções, sem direito a indenização do superficiário, salvo disposição contratual em sentido diverso.
- (D) O superficiário não responde pelos encargos e tributos incidentes sobre o imóvel, os quais permanecem de responsabilidade exclusiva do proprietário concedente.
- (E) No caso de alienação do imóvel pelo proprietário, o superficiário não possui direito de preferência, salvo se expressamente previsto no contrato.

61

Com base nas disposições do Código Civil acerca do poder familiar, assinale a alternativa correta.

- (A) O pai ou a mãe que contrair novas núpcias perde automaticamente o poder familiar sobre os filhos do relacionamento anterior, para evitar conflito de autoridade com o novo cônjuge ou companheiro.
- (B) A separação judicial, o divórcio ou a dissolução da união estável alteram o poder familiar, que passa a ser exercido apenas pelo genitor que permanecer com a guarda do filho.
- (C) A perda do poder familiar depende de decisão judicial e pode ser declarada, entre outras hipóteses, nos casos de castigo imoderado, abandono do filho ou prática de crime doloso de violência doméstica contra o outro genitor ou contra o próprio descendente.
- (D) O poder familiar extingue-se pela separação judicial dos pais, pela maioria do filho e pela adoção.
- (E) O exercício do poder familiar é exclusivo da mãe, quando houver guarda unilateral, salvo se o pai tiver sido judicialmente nomeado tutor.

62

Com base nas disposições do Código Civil sobre a deserção dos herdeiros necessários, assinale a alternativa correta.

- (A) A deserção pode ser determinada livremente pelo testador, independentemente da indicação de causa, bastando manifestação de vontade expressa em testamento.
- (B) A deserção dos descendentes pelos ascendentes pode ocorrer, entre outros motivos, nos casos de ofensa física, injúria grave, relações ilícitas com o padrasto ou madrasta, ou desamparo do ascendente em grave enfermidade.

- (C) A deserção dos ascendentes pelos descendentes pode ser ordenada em testamento, mesmo que não haja qualquer causa prevista em lei, desde que o testador motive a decisão por razões morais ou afetivas.
- (D) A prova da causa da deserção incumbe ao herdeiro deserdado, que deverá demonstrar que o motivo indicado pelo testador é falso ou inexistente, no prazo de quatro anos a contar da abertura do testamento.
- (E) A deserção não depende de testamento, podendo ser reconhecida judicialmente mediante ação autônoma proposta por qualquer herdeiro interessado.

Direito Empresarial

Lorraine Bonadio

63

O juiz da falência da sociedade empresária Climatização Serra Azul Ltda. determinou que o administrador judicial fosse responsável pela guarda dos bens arrecadados. Ocorre que o administrador apresentou justificativas que o impediavam de assumir pessoalmente tal encargo. Diante disso, foi sugerido ao juiz que os bens localizados fora do estabelecimento da falida permanecessem sob a guarda do Sr. Rodrigo Muniz, empresário de reputação ilibada na Comarca, e sob a responsabilidade do administrador judicial.

Quanto aos bens existentes dentro do estabelecimento, inclusive o próprio imóvel, o administrador judicial propôs que a Sra. Helena Duarte, ex-administradora da sociedade e representante da falida no processo, fosse nomeada depositária dos bens.

Diante da proposta apresentada pelo administrador judicial, assinale a alternativa correta.

- (A) É indevida, pois a guarda dos bens arrecadados constitui função legal e personalíssima do administrador judicial.
- (B) Deve ser acolhida, pois é possível que os bens arrecadados permaneçam sob a guarda de pessoa indicada pelo administrador judicial, sob sua responsabilidade, podendo também o representante do falido ser nomeado depositário.
- (C) Deve ser recusada, pois há vedação legal para que o falido ou qualquer de seus representantes sejam nomeados depositários dos bens.
- (D) Somente poderá ser aceita se os depositários indicados — Sr. Rodrigo Muniz e Sra. Helena Duarte — prestarem caução antes de assumirem a posse dos bens.
- (E) A proposta deve ser rejeitada, pois o administrador judicial não tem competência para sugerir terceiros para exercer a guarda de bens arrecadados.

64

A sociedade empresária Concreto Vale do Sol Ltda. teve sua falência requerida pelo Banco Horizonte S/A, em razão do não pagamento de cinco duplicatas mercantis que lhe haviam sido endossadas por Pereira & Martins Comércio Ltda.

Os títulos foram devidamente protestados para fins falimentares, e não se verificou o pagamento até a data da citação.

Regularmente citada, a sociedade devedora apresentou contestação tempestiva e, no mesmo prazo, em petição própria, formulou pedido de recuperação judicial, sem, contudo, efetuar o depósito elisivo.

Com base na legislação falimentar em vigor, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade empresária tinha a faculdade de pleitear sua recuperação judicial no prazo de contestação, ainda que não tivesse se manifestado pela efetivação de depósito elisivo.
- (B) A sociedade não deveria ter requerido sua recuperação judicial, mas sim ter realizado o depósito elisivo, afastando a presunção de insolvência, para somente após esse ato postular recuperação judicial.
- (C) A sociedade poderia requerer sua recuperação judicial até o trânsito em julgado da sentença de falência, sendo o pedido tempestivo e correto.
- (D) A sociedade estava impedida de requerer recuperação judicial, pois já existia contra ela pedido de falência ajuizado por seu credor.
- (E) O pedido de recuperação judicial seria cabível apenas após o encerramento do processo falimentar, não podendo ser feito durante sua tramitação.

65

O empresário individual Marcelo Tavares, devidamente inscrito na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, teve sua falência requerida em 10 de abril de 2024, com fundamento na falta de pagamento, sem relevante razão de direito, de nota promissória no valor de R\$ 120.000,00, previamente protestada para fins falimentares.

Após ser citado, o empresário apresentou contestação, alegando que cessou suas atividades empresariais em 30 de dezembro de 2020, motivo pelo qual não teria legitimidade passiva para responder ao pedido de falência.

Contudo, não apresentou qualquer prova de cancelamento do registro de empresário na Junta Comercial.

Sobre o caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de empresário irregular diante da alegada cessação do exercício da empresa.
- (B) É possível a decretação da falência diante da falta de comprovação da cessação da empresa.
- (C) Deve ser acolhida a contestação apresentada, tendo em vista a alegada cessação há mais de dois anos.

(D) Somente após o cancelamento do registro será possível a decretação da falência.

(E) A falência é incabível, pois a atividade empresarial deixou de existir, independentemente de registro.

66

A partir de 2022, o Código Civil, alterado pela Lei n. 14.195/2021, passou a reconhecer expressamente a possibilidade de o local de exercício da atividade empresarial ser virtual.

Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se o empresário individual ou a sociedade empresária exercer a empresa em local virtual, tal local é denominado pelo Código Civil de “estabelecimento virtual”, com o mesmo significado jurídico de estabelecimento.
- (B) Ao contrário do local físico de exercício da empresa, se ele for virtual, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município, observada a regra geral de qualquer horário ou dia da semana.
- (C) Quando o local em que se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.
- (D) A escolha do local virtual de exercício da empresa impõe ao empresário ou ao administrador o dever de comunicar a alteração à Junta Comercial no prazo de 15 (quinze) dias.
- (E) Se a empresa possuir local virtual, o domicílio da pessoa jurídica será considerado indeterminado até sua fixação física.

67

Seis pessoas naturais constituíram uma sociedade para explorar serviços de entrega domiciliar, firmando apenas um contrato particular entre si, sem proceder ao registro do ato constitutivo em qualquer Junta Comercial.

Considerando essa situação e as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Ela se rege pelas normas da sociedade em comum e, subsidiariamente, no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade simples.
- (B) Ela se rege pelas normas da sociedade em conta de participação e, subsidiariamente, pelas normas das sociedades por ações.
- (C) Ela se rege pelas normas da sociedade simples e, subsidiariamente, pelas normas da sociedade cooperativa.
- (D) Ela se rege pelas normas da companhia e, subsidiariamente, pelas normas da sociedade limitada.
- (E) Ela se rege pelas normas da sociedade empresária, sendo o registro dispensável para a validade do contrato social.

68

Em 2019, com a entrada em vigor da Lei n. 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), passou a ser possível a constituição de sociedade limitada unipessoal (SLU) de forma permanente, sem a necessidade de pluralidade de sócios.

Nas opções a seguir, são apresentadas normas aplicáveis às sociedades limitadas em geral, mas apenas uma delas é aplicável tanto às sociedades limitadas pluripessoais quanto às unipessoais.

Assinale a afirmativa correta.

- (A) A possibilidade de realização de deliberações em reunião ou assembleia.
- (B) A dissolução de pleno direito pela falta de pluralidade de sócios.
- (C) A possibilidade de designação de administrador em ato separado.
- (D) A solidariedade pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social.
- (E) A obrigatoriedade de recomposição societária no prazo de 180 dias, sob pena de dissolução.

Direito Penal

Rafael de Oliveira

69

O art. 28 da Lei n. 11.343/2006 prevê as sanções aplicáveis ao usuário de drogas, estabelecendo penas como advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a curso ou programa. A partir disso, surgiram debates doutrinários sobre a natureza da resposta penal prevista para a conduta. Considerando as distinções entre os institutos da descriminalização, despenalização e descarcerização, assinale a alternativa correta.

- (A) Houve descriminalização, pois a conduta de portar drogas para consumo pessoal deixou de ser considerada crime, passando a configurar mera infração administrativa.
- (B) Houve despenalização, pois, embora a conduta continue a ser considerada crime, não há qualquer espécie de sanção penal, nem restritiva de liberdade nem de direitos.
- (C) Houve descriminalização parcial, já que o art. 28 da Lei de Drogas retirou o caráter criminoso da conduta, mantendo apenas sanções cíveis e administrativas.
- (D) Houve descarcerização, pois a conduta continua a ser considerada crime e sujeita a sanções penais, mas sem possibilidade de aplicação de pena privativa de liberdade.
- (E) Não houve alteração relevante, uma vez que o art. 28 da Lei de Drogas mantém inalterada a possibilidade de aplicação de pena privativa de liberdade ao usuário.

70

Durante perseguição policial, um indivíduo perdeu o controle do veículo que conduzia e acabou colidindo contra um poste. Com o impacto, o carro atingiu uma viatura da polícia, que ficou danificada. O Ministério Público ofereceu denúncia imputando ao réu a prática do crime de dano qualificado contra patrimônio público (art. 163, parágrafo único, III, CP).

No curso da instrução, verificou-se que o acusado não tinha a intenção de atingir a viatura, tampouco de causar dano ao patrimônio público, mas apenas tentou fugir da abordagem policial.

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O réu deve ser condenado por dano qualificado, pois o dano ao patrimônio público ocorreu objetivamente, sendo desnecessária a comprovação do dolo específico.
- (B) A conduta configura dano culposos contra patrimônio público, modalidade prevista implicitamente no Código Penal para hipóteses em que o agente não deseja o resultado danoso.
- (C) O réu não pode ser condenado pelo crime de dano qualificado, pois é imprescindível o dolo específico de destruir, inutilizar ou deteriorar a coisa alheia, o que não se verificou no caso.
- (D) O réu deve responder por crime diverso, já que a ausência de dolo não exclui a tipicidade, mas apenas autoriza a desclassificação para contravenção penal de dano simples.
- (E) A ausência de dolo não afasta a responsabilidade penal, apenas reduz a pena aplicável em razão da menor reprovabilidade da conduta.

71

João, após ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, assumiu a direção de seu automóvel com a capacidade psicomotora visivelmente alterada. Durante o trajeto, perdeu o controle do veículo e atropelou um pedestre, que sofreu fraturas graves. O Ministério Público ofereceu denúncia pelos crimes de embriaguez ao volante (art. 306 do CTB) e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303 do CTB).

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de crime único, configurando-se apenas o delito de lesão corporal culposa, por ser mais grave e absorver a embriaguez ao volante.
- (B) Deve-se reconhecer o concurso formal, já que uma só ação (dirigir embriagado) resultou na prática de dois crimes distintos.
- (C) Configura-se concurso material de crimes, pois embriaguez ao volante e lesão corporal culposa possuem momentos consumativos diferentes e tutelam bens jurídicos distintos.
- (D) A conduta deve ser desclassificada para contravenção penal de direção perigosa, afastando a incidência do CTB.
- (E) O delito de embriaguez ao volante exige a ocorrência de acidente para sua configuração, de modo que, em situações como a descrita, há crime único de lesão corporal culposa.

72

Acerca do tipo penal, da consumação e da tentativa, analise as afirmativas seguintes.

- I – O tipo penal consiste no conjunto dos elementos que descrevem a conduta proibida pela lei penal, incluindo o verbo típico, os objetos e, em alguns casos, elementos subjetivos e normativos.
- II – Em regra, os tipos penais brasileiros já são descritos em sua forma tentada, como, por exemplo, “tentar matar alguém”, razão pela qual o legislador não precisa de norma específica para punir a tentativa.
- III – A tentativa ocorre quando o agente inicia a execução do crime, mas não atinge a consumação por circunstâncias alheias à sua vontade, configurando etapa do iter criminis entre os atos executórios e a consumação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Os itens I e II estão corretos.
- (E) Os itens I e III estão corretos.

73

Em agosto de 2011, João, Pedro e Rafael explodiram um caixa eletrônico em um posto de gasolina e subtraíram R\$ 53 mil, colocando em risco a vida de um funcionário. O Ministério Público os denunciou por furto qualificado (art. 155, § 4º, I, CP) e explosão majorada (art. 251, §2º, CP), sustentando concurso de crimes, por tutelarem bens jurídicos distintos (patrimônio e incolumidade pública). A defesa pediu a aplicação do princípio da consunção, alegando que a explosão foi mero meio para o furto. Considerando o entendimento do STJ no HC 961.560-SP (Info 856), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve-se aplicar o princípio da consunção, reconhecendo-se apenas o crime de furto qualificado, pois a explosão foi meio necessário para sua execução.
- (B) Está correta a decisão que manteve a imputação autônoma dos crimes de furto qualificado e explosão majorada, já que não há previsão legal de tratamento unitário para condutas praticadas antes da Lei n. 13.654/2018.
- (C) O §4º-A do art. 155 do CP, criado pela Lei n. 13.654/2018, deve ser aplicado retroativamente, por ser mais benéfico, unificando em um só tipo penal as condutas de furto com uso de explosivo, ainda que os fatos sejam anteriores à lei.
- (D) A aplicação retroativa do §4º-A do art. 155 do CP é vedada, pois a lei nova criou tipo penal mais gravoso ao prever proteção de dupla objetividade jurídica.
- (E) O correto seria a absolvição quanto ao crime de explosão, pois o bem jurídico incolumidade pública não foi efetivamente lesado, apenas exposto a risco.

74

Durante patrulhamento ostensivo em uma praça pública, guardas municipais observaram dois indivíduos em atitude suspeita, trocando pequenos invólucros e dinheiro. Um deles, ao perceber a aproximação da viatura da guarda, tentou se desfazer do pacote. Os agentes realizaram busca pessoal e encontraram diversas porções de crack.

A defesa impetrou habeas corpus, alegando que a Guarda Municipal não teria competência constitucional para efetuar busca pessoal, pois não integra formalmente os órgãos de segurança pública listados no art. 144 da Constituição Federal.

À luz do entendimento mais recente do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O *habeas corpus* deve ser concedido, pois a busca pessoal só pode ser realizada pela Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo.
- (B) O *habeas corpus* deve ser concedido, pois a Guarda Municipal só pode exercer funções administrativas, relacionadas à proteção do patrimônio municipal.
- (C) O *habeas corpus* deve ser denegado, pois a Guarda Municipal, embora não exerça função de polícia judiciária, pode desempenhar atividades de policiamento ostensivo e comunitário, inclusive busca pessoal, desde que haja fundada suspeita de prática delitiva.
- (D) O *habeas corpus* deve ser denegado, pois a Guarda Municipal possui atribuições idênticas às da Polícia Civil, podendo inclusive realizar investigação criminal.
- (E) O *habeas corpus* deve ser concedido, pois a busca pessoal só seria legítima se houvesse ordem judicial prévia autorizando a medida.

75

Acerca da Teoria do Domínio do Fato, analise as assertivas a seguir:

- I – Hans Welzel foi o criador da Teoria do Domínio do Fato em 1939, afirmando que o “senhor do fato” é aquele que o realiza de forma final, mediante sua decisão volitiva.
- II – Claus Roxin, em sua obra *Taterschaft und Tatherrschaft* (1963), desenvolveu a Teoria do Domínio do Fato, ampliando sua aplicação e reconhecendo a possibilidade de autor mediato mesmo por trás de executores plenamente responsáveis, com base no domínio da vontade e da organização.

- III – Hans Welzel é considerado o pai da Teoria Finalista da Ação, que contrapôs a Teoria Clássica ao considerar que a ação deve ser compreendida como atividade finalista, combinando ação ou omissão com dolo ou culpa, o que contribuiu para o desenvolvimento dogmático do Direito Penal e para a formulação, em 1939, da própria Teoria do Domínio do Fato.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Todos estão corretos.
- (D) Os itens I e II estão corretos.
- (E) Os itens II e III estão corretos.

76

A Lei n. 13.964/2019 introduziu no Código Penal e no Código de Processo Penal a possibilidade do confisco alargado, instituto que tem sido objeto de críticas pela doutrina. Entre os pontos de debate, destacam-se:

- I – O confisco alargado, apesar de inicialmente vinculado a crimes graves como tráfico de drogas, corrupção e delitos praticados por organizações criminosas, acabou sendo previsto para qualquer crime cuja pena máxima em abstrato seja superior a seis anos, inclusive em relação a réus primários.
- II – Para o sequestro de bens, basta a existência de indícios veementes da proveniência ilícita, entendendo-se como tais a simples alegação, na denúncia, de incompatibilidade entre o patrimônio do réu e seus rendimentos lícitos.
- III – O art. 133-A do CPP prevê que, após o trânsito em julgado da condenação, os bens declarados perdidos poderão ser transferidos definitivamente ao órgão público que os custodiou, estabelecendo inclusive prioridade de utilização pelo órgão de segurança pública que participou da investigação.

À luz da disciplina legal e da crítica doutrinária, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Os itens I e II estão corretos.
- (E) Os itens I, II e III estão corretos.

77

João foi condenado criminalmente, cumpriu integralmente a pena e, após o prazo legal, requereu a reabilitação criminal, alegando que deseja obter uma certidão negativa de antecedentes para se reinserir no mercado de trabalho.

À luz do conceito e dos efeitos da reabilitação no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A reabilitação extingue todos os efeitos da condenação, inclusive a perda do cargo ou função pública, bem como de mandato eletivo.
- (B) A reabilitação assegura ao condenado o sigilo dos registros criminais e restaura seus direitos, mas não atinge os efeitos previstos no art. 92, incisos I e II, do Código Penal, como a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.
- (C) A reabilitação tem como único efeito prático a expedição de certidão de antecedentes em branco, sem produzir qualquer consequência jurídica sobre a condenação.
- (D) A reabilitação é automática após o cumprimento da pena, não dependendo de declaração judicial.
- (E) A reabilitação impede que o condenado volte a exercer cargo público, mesmo em novo vínculo, em razão da perda anterior.

78

Nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, os Estados Partes assumem determinados compromissos no tocante à formulação e implementação de políticas de prevenção da corrupção. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os Estados Partes estão obrigados a adotar políticas idênticas e uniformes contra a corrupção, independentemente das peculiaridades de seus ordenamentos jurídicos internos.
- (B) É vedado aos Estados Partes colaborar entre si ou com organizações internacionais na promoção e formulação de medidas de combate à corrupção, sob pena de violação da soberania estatal.
- (C) Cada Estado Parte deverá avaliar periodicamente os instrumentos jurídicos e as medidas administrativas pertinentes, com o objetivo de verificar sua adequação no enfrentamento da corrupção.
- (D) A Convenção estabelece que a participação da sociedade civil é facultativa e depende da conveniência administrativa de cada Estado Parte, não sendo considerada princípio fundamental.
- (E) A obrigação de transparência e de prestação de contas não integra o rol de diretrizes fixadas pela Convenção, que se limita a tratar de sanções criminais contra agentes públicos corruptos.

79

No julgamento do AgRg no RHC 168.319/SP (STJ, 6ª Turma, Info 800/2023), discutiu-se o conceito de “dia” para fins de cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O STJ consolidou o entendimento de que o conceito de “dia” é estritamente cronológico, abrangendo o período das 6h às 18h, em consonância com a interpretação do CPP.
- (B) A Lei n. 13.869/2019, ao prever o crime de abuso de autoridade no cumprimento de mandado entre 21h e 5h, regulamentou implicitamente o art. 5º, XI, da Constituição e o art. 245 do CPP, de modo que “dia” deve ser entendido como o período entre 5h e 21h.
- (C) Para o STJ, a definição de “dia” deve observar o critério físico-astronômico, compreendendo o intervalo entre a aurora e o crepúsculo, de modo que a diligência realizada fora desse período é ilegal, ainda que entre 5h e 21h.
- (D) O cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar à noite, ainda que autorizado judicialmente, não gera qualquer nulidade processual, mas apenas eventual responsabilização administrativa do agente.
- (E) O STJ firmou entendimento de que, mesmo havendo divergências doutrinárias, deve prevalecer a tipificação legal, considerando legal qualquer diligência realizada entre 5h e 21h, independentemente das condições de luminosidade natural.

80

A respeito da tipificação da injúria racial e do entendimento jurisprudencial acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A injúria racial exige apenas o uso de palavras de baixo calão, independentemente de estarem ou não relacionadas à cor, raça, etnia ou origem da vítima.
- (B) Para a caracterização do crime de injúria racial, é suficiente a mera utilização de expressões discriminatórias em público, ainda que não dirigidas à honra subjetiva de pessoa determinada.
- (C) A configuração da injúria racial requer a presença do *animus injuriandi*, ou seja, a intenção de ofender a honra subjetiva da vítima mediante expressões preconceituosas ligadas à cor, raça, etnia ou origem.
- (D) O crime de injúria racial é punido apenas quando praticado contra servidor público no exercício de suas funções, em razão da proteção especial à Administração Pública.
- (E) Nos casos em que o agente age de forma livre e consciente, movido por sentimento racista, visando ultrajar a vítima em razão de sua cor/raça, não se configura crime, mas mera contravenção penal de menor potencial ofensivo.



3º Simulado
Exame Nacional da Magistratura
Magistrado (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	B	C	A	B	B	C	E	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	C	C	D	D	D	B	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	D	C	A	B	B	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	C	C	B	C	E	A	D	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	E	A	C	E	A	B	D	D	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	B	C	D	C	C	A	A	D	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	B	B	A	B	C	A	C	D	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	E	C	C	C	E	B	C	C	C

GRANXPERS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

ENAM – 3º Simulado – Exame Nacional da Magistratura – 4ª Edição (Pós-Edital)

Direito Constitucional

Samuel Marques, Eduardo Sabbag, Danielle Rolim e Renato Borelli

1

Durante o exame das contas anuais do Governador do Estado de Alagoas, a Assembleia Legislativa constatou que o Tribunal de Contas estadual não havia emitido o parecer prévio previsto no art. 71, I, da Constituição Federal, aplicado por simetria aos Estados.

Diante disso, surgiram dúvidas quanto à possibilidade de o Legislativo proceder ao julgamento sem a manifestação técnica da Corte de Contas. Sustentava-se que a ausência do parecer configuraria vício formal insanável, tornando o julgamento nulo.

O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, e a controvérsia girava em torno da autonomia do Poder Legislativo estadual frente à função auxiliar exercida pelo Tribunal de Contas.

Com base na jurisprudência do STF e nas normas constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de parecer prévio do Tribunal de Contas impede o julgamento das contas do governador pela Assembleia Legislativa, sob pena de nulidade absoluta do ato, em respeito ao princípio da simetria com o modelo federal.
- (B) A ausência de parecer prévio do Tribunal de Contas é vício insanável que impede o julgamento das contas do chefe do Executivo, cabendo à Assembleia Legislativa apenas aguardar a manifestação técnica da Corte.
- (C) A Assembleia Legislativa pode julgar as contas do governador mesmo sem parecer prévio do Tribunal de Contas, pois o parecer possui natureza meramente opinativa, e o entendimento contrário violaria a autonomia do Poder Legislativo.
- (D) A Assembleia Legislativa somente poderia deliberar sobre as contas mediante autorização judicial para suprir a ausência do parecer do Tribunal de Contas, sob pena de ofensa à separação dos Poderes.
- (E) A emissão do parecer prévio é requisito essencial e vinculante ao julgamento das contas do governador, sendo nulo qualquer ato legislativo que o dispense, ainda que o TCE permaneça inerte.

Letra c.

Assunto abordado: Poder Legislativo. (Prof. Samuel Marques)

(A) Errada. O STF entendeu que não há nulidade automática do julgamento das contas pela ausência do parecer prévio. O art. 71, I, CF, atribui ao Tribunal de Contas função opinativa e não vinculante. Assim, exigir o parecer como condição indispensável implicaria subordinar indevidamente o Legislativo ao órgão auxiliar, o que afrontaria a autonomia parlamentar (ADPF 434/AL, Rel. Min. Nunes Marques, Pleno, 12/08/2025).

(B) Errada. Embora o parecer prévio seja etapa importante, sua ausência não constitui vício insanável, pois o TCE exerce função de assessoramento técnico. O Legislativo pode julgar as contas, adotando fundamentos próprios, desde que fundamente a decisão de forma motivada.

(C) Certa. Conforme o entendimento do STF na ADPF 434/AL, a ausência de parecer prévio do Tribunal de Contas não impede o julgamento das contas do governador pela Assembleia Legislativa. O parecer tem natureza opinativa, e o entendimento contrário configuraria restrição desproporcional à autonomia do Poder Legislativo, violando o princípio da separação dos Poderes.

(D) Errada. Não há necessidade de autorização judicial para o julgamento das contas. O controle externo é função política e constitucionalmente autônoma do Legislativo, não subordinada ao Judiciário, conforme o art. 70 da CF/1988.

(E) Errada. O parecer do TCE não é requisito vinculante nem condição de validade do julgamento. Sua ausência pode ser suprida pela própria deliberação da Assembleia, que detém a competência constitucional para o julgamento político das contas do governador.

2

A Universidade Federal Alfa publicou edital de seleção para ingresso em seus cursos de graduação, reservando, conforme a Lei n. 12.711/2012, parte das vagas a estudantes egressos de escolas públicas. Um grupo de candidatos impetrou mandado de segurança sustentando que os alunos provenientes de colégios militares não poderiam concorrer às vagas reservadas, uma vez que essas instituições cobravam contribuições mensais e, portanto, não se enquadrariam como escolas públicas. A controvérsia chegou ao Supremo Tribunal Federal, que analisou a constitucionalidade da inclusão dos egressos de colégios militares no sistema de cotas.

Com base na jurisprudência do STF e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A cobrança de contribuições mensais pelos colégios militares descaracteriza sua natureza pública, de modo que os alunos egressos dessas instituições não podem ser incluídos nas vagas reservadas a estudantes de escolas públicas.
- (B) Os colégios militares, ainda que mantidos pelo Exército e submetidos a regime jurídico próprio, não se enquadram como escolas públicas, por não integrem o sistema estadual de ensino.
- (C) É constitucional a inclusão dos egressos de colégios militares nas cotas destinadas a estudantes da rede pública, pois tais instituições são públicas e a cobrança de contribuições não afasta a gratuidade essencial do ensino público.
- (D) A excelência do ensino prestado pelos colégios militares justifica sua exclusão do sistema de cotas, sob pena de violação ao princípio da isonomia entre candidatos.
- (E) O regime jurídico especial dos colégios militares impede sua equiparação às escolas públicas para fins de aplicação da Lei n. 12.711/2012, sob pena de violação à legalidade estrita.

Letra c.

Assunto abordado: Direitos sociais. (Prof. Samuel Marques)

- (A) Errada. O STF entendeu que a cobrança de contribuições mensais voluntárias pelos colégios militares não descaracteriza sua natureza pública, pois tais valores destinam-se a despesas complementares e não substituem o dever estatal de prover ensino gratuito. A gratuidade essencial do ensino público (art. 206, IV, CF) permanece garantida.
- (B) Errada. Ainda que os colégios militares estejam vinculados ao Exército e possuam regime jurídico próprio, integram a rede pública federal de ensino, nos termos da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/1996). Assim, são escolas públicas para fins de aplicação da Lei n. 12.711/2012.
- (C) Certa. Conforme decidido pelo STF na ADI 7.561/DF (Rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, 16/06/2025), é cons-

titucional a inclusão dos egressos de colégios militares nas vagas reservadas a estudantes de escolas públicas. O Tribunal afirmou que os colégios militares são instituições públicas de ensino; a cobrança de contribuições não afeta a gratuidade essencial; e a qualidade ou excelência do ensino não pode ser critério legítimo para excluir estudantes do sistema de cotas.

(D) Errada. A excelência do ensino não constitui fundamento jurídico para excluir egressos de colégios militares do sistema de cotas. O STF entendeu que critérios subjetivos de qualidade escolar violam a igualdade material e a legalidade, que fixam o conceito de “escola pública” de forma objetiva.

(E) Errada. O regime jurídico especial dos colégios militares não os afasta da rede pública, pois continuam integrando o sistema federal de ensino e são mantidos com recursos públicos. O entendimento contrário configuraria discriminação irrazoável e ofensa ao princípio da isonomia (art. 5º, *caput*, da CF).

3

Durante sessão na Câmara dos Deputados, um parlamentar proferiu declarações ofensivas contra artistas, mencionando a aplicação da Lei Rouanet. Após o discurso, o deputado publicou o mesmo conteúdo em suas redes sociais, reiterando as ofensas.

Diante disso, os ofendidos ajuizaram queixa-crime por crimes contra a honra. A defesa alegou que as declarações estavam integralmente protegidas pela imunidade material prevista no art. 53 da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o caso, delimitou o alcance da inviolabilidade parlamentar e analisou os efeitos da posterior divulgação das falas na internet.

Com base na jurisprudência do STF e nas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade parlamentar material é absoluta e protege o parlamentar em qualquer manifestação, ainda que extrapole o exercício de suas funções, desde que proferida no recinto da Casa Legislativa.
- (B) A divulgação de declarações ofensivas na internet, ainda que originadas em discurso parlamentar, afasta a proteção da imunidade material, pois o ato de republicar as falas configura nova conduta não abrangida pela função legislativa.
- (C) As manifestações proferidas na tribuna parlamentar, por si sós, estão integralmente protegidas pela imunidade material, sendo irrelevante eventual divulgação posterior fora do Parlamento.
- (D) A imunidade material protege também as manifestações de cunho pessoal, desde que relacionadas a tema de interesse público, ainda que sem nexo direto com a atividade legislativa.
- (E) O parlamentar somente pode ser responsabilizado civilmente, mas não penalmente, pelas declarações feitas na tribuna, mesmo que ofensivas, sob pena de violação à separação de Poderes.

Letra b.

Assunto abordado: Poder Legislativo. (Prof. Samuel Marques)

(A) Errada. A imunidade parlamentar não é absoluta. Ela protege apenas manifestações com nexos direto e evidente com o exercício da função legislativa. O simples fato de as declarações terem sido feitas dentro da Casa Legislativa não garante a proteção se o conteúdo for ofensivo e dissociado do debate público.

(B) Certa. Conforme decidido na PET 7174/DF (STF, 1ª Turma, Info 969), a divulgação das falas ofensivas na internet caracteriza nova conduta autônoma, não abrangida pela imunidade material.

Além disso, o STF reforçou que a proteção constitucional somente alcança as manifestações necessárias ao desempenho da função parlamentar, com nexos direto e evidente com a atividade legislativa.

No caso concreto, as declarações não contribuíram para o debate público sobre a Lei Rouanet, restringindo-se a ataques pessoais, o que afasta a inviolabilidade.

(C) Errada. A proteção da tribuna não é automática. Mesmo falas proferidas no recinto da Casa Legislativa podem extrapolar o escopo funcional se desprovidas de interesse público e conteúdo político-legislativo. O STF tem reiterado que o local da manifestação é irrelevante sem o nexos funcional.

(D) Errada. A Corte exige nexos direto e evidente com o exercício da função legislativa. Declarações meramente pessoais ou ofensivas, ainda que sobre temas públicos, não são cobertas pela imunidade material (STF, PET 7174/DF; Inq 4693/DF).

(E) Errada. A imunidade parlamentar abrange tanto a esfera civil quanto a penal, mas apenas nos limites do art. 53 da CF. Quando o conteúdo da manifestação extrapola o mandato, o parlamentar pode responder penalmente por crimes contra a honra.

4

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Cultural ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, alegando que determinada lei federal violava o princípio da isonomia ao restringir o acesso de artistas autônomos a incentivos fiscais culturais.

O Advogado-Geral da União suscitou preliminar de ilegitimidade ativa, argumentando que a entidade não possuía caráter nacional, pois reunia associados apenas em cinco unidades da Federação, embora seu estatuto afirmasse ter abrangência nacional.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a questão, reafirmou o critério objetivo para aferição do caráter nacional de entidades de classe.

Com base na jurisprudência do STF e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O caráter nacional é presumido quando o estatuto da entidade expressamente prevê atuação em todo o território nacional, sendo desnecessário demonstrar a presença em número mínimo de Estados.
- (B) A entidade de classe que congrega membros em pelo menos cinco Estados da Federação possui caráter nacional e, portanto, legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) O STF reconhece o caráter nacional às entidades que possuam filiados em, no mínimo, nove Estados da Federação, equivalentes a um terço das unidades federadas, aplicando analogicamente a Lei dos Partidos Políticos.
- (D) A comprovação do caráter nacional depende exclusivamente da análise do estatuto da entidade e da sua atuação política, não havendo número mínimo fixado de Estados.
- (E) O caráter nacional é irrelevante para a legitimação das entidades de classe, bastando que representem categoria profissional ou econômica de âmbito relevante.

Letra c.

Assunto abordado: Controle concentrado de constitucionalidade. (Prof. Samuel Marques)

(A) Errada. A mera previsão estatutária de atuação nacional não é suficiente. O STF entende que é necessário comprovar atuação real e efetiva em número mínimo de Estados, afastando a presunção de caráter nacional com base apenas no estatuto.

(B) Errada. O Supremo fixou um critério objetivo mínimo de nove Estados da Federação, não de cinco. A presença em apenas cinco Estados não caracteriza abrangência nacional.

(C) Certa. Na ADI 3287 (STF, Pleno, Info 988), o Tribunal fixou entendimento de que somente entidades de classe com associados ou membros em pelo menos nove Estados da Federação — o que representa um terço das unidades federadas (27) — possuem legitimidade ativa para propor ações de controle abstrato. O critério foi construído por analogia ao art. 7º, § 1º, da Lei n. 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), que estabelece regra semelhante para o reconhecimento de caráter nacional dos partidos.

(D) Errada. A análise não é meramente estatutária ou política. O STF exige comprovação objetiva e documental da atuação nacional, mediante a existência de filiados em, no mínimo, nove Estados.

(E) Errada. O caráter nacional é requisito essencial para a legitimidade ativa das entidades de classe de âmbito nacional, conforme o art. 103, IX, da CF/1988. Entidades regionais ou locais não possuem legitimidade para propor ADI ou ADC.

5

Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I – Segundo o STF, a edição de medida provisória que majore tributo deve observar a anterioridade anual e a nonagesimal, salvo hipóteses constitucionais de exceção.
- II – Segundo o STF, o DIFAL/ICMS após a Lei n. 190/2022 deve respeitar tanto a anterioridade anual quanto a anterioridade nonagesimal.

III – Segundo o STF, o IOF pode ser majorado imediatamente, sem respeito à anterioridade, por sua natureza extrafiscal.

IV – Segundo o STJ, a retroatividade benigna em matéria de multa aplica-se apenas aos casos não definitivamente julgados.

V – Segundo o STF, a progressividade do IPTU é admitida tanto pelo critério fiscal (valor venal) quanto pelo extrafiscal (função social).

(A) Todas as assertivas estão corretas.

(B) Apenas uma assertiva está errada.

(C) Duas assertivas estão erradas.

(D) Três assertivas estão erradas.

(E) Todas as assertivas estão erradas.

Letra a.

Assunto abordado: Princípios tributários – anterioridade e legalidade. (Prof. Eduardo Sabbag)

- I. Verdadeiro. O STF (art. 62, §2º, CF) firmou que MPs que instituem ou majoram impostos devem respeitar anterioridade anual e noventena, salvo exceções constitucionais (ex.: II, IE, IOF, IPI e imposto extraordinário).
- II. Verdadeiro. No julgamento das **ADIs 7.066 e 7.070 (2022)**, o STF decidiu que a cobrança do DIFAL depende da Lei n. 190/2022 e está sujeita à anterioridade anual e nonagesimal.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora